

BETHENCOURT, Francisco (2024). *Estranhos na sua terra. Ascensão e queda da elite mercantil cristã-nova (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Temas e Debates, 671 pp., ISBN: 978-989-644-860-8. Tradução de Artur Lopes Cardoso a partir da edição original: *Strangers Within. The Rise and Fall of the New Christian Trading Elite*. Princeton: Princeton University Press, 2024.

Estamos perante um livro grandioso, de uma envergadura e qualidade raras. Não está ao alcance de todos conceber e produzir um estudo de História deste nível. A escala e abrangência de perspetivas da análise, a que se alia um profundíssimo conhecimento dos assuntos abordados, conferem-lhe uma solidez de resultados difícil de alcançar. O modo como aqui se concilia, explora e faz a simbiose de perspetivas tributárias da História, Sociologia, Antropologia, Direito, Literatura, Arte, oferece uma perspetiva holística e comparativa de complexos e dinâmicos processos históricos. Só com uma longa vida de intensas pesquisas, num ambiente institucional de excelência – que propicie tempo para refletir e realizar investigação em arquivos e bibliotecas, o que está a desaparecer do mundo universitário –, é viável compor uma obra deste quilate. Augura-se que ela não seja um prenúncio da “queda” do modelo de universidade Humboldtiana que, tal como o grupo de mercadores e financeiros estudado por Bethencourt neste livro, também pode ter tido um ciclo de ascensão e declínio.

O autor, português, após o seu doutoramento no Instituto Universitário Europeu, em Florença, no ano de 1992, cujo resultado foi um admirável e profundamente inovador estudo comparativo das Inquisições espanhola, romana e portuguesa (BETHENCOURT 1994 e 2009), realizou a maior parte do seu brilhante percurso académico no estrangeiro, nomeadamente em Paris e Londres. Nesta cidade britânica é atualmente professor da cátedra Charles Boxer, no King’s College. Tal como os protagonistas deste *Estranhos na sua terra*, encontrou fora de Portugal condições ideais para realizar o seu *métier*. Por vezes, infelizmente, vai parecendo que historiadores do nível de Francisco Bethencourt se transformam, tal como no passado sucedeu com os cristãos-novos, numa espécie de alienígenas no seu país.

A expressão que dá título à obra, o qual, na versão portuguesa, é mais preciso do que na original inglesa (BETHENCOURT 2024), não é inédita. Em 1997, Diogo Ramada Curto utilizara-a, num artigo que Bethencourt cita, para se focar num ator singular coetâneo de D. Quixote (CURTO 1997). Neste livro não foi um mas milhares de atores históricos que estiveram sob

escrutínio. Este é um traço da obra historiográfica de Bethencourt: o arrojo e ousadia para enfrentar objetos com um recorte de grande amplitude e elevada complexidade (BETHENCOURT 1998 e 2013). Note-se ainda, sempre no plano dos grandes desafios, que se está diante do estudo de um problema na longa duração, captando dinâmicas evolutivas essenciais para compreender a questão central que foi suscitada.

A Introdução é metodologicamente irrepreensível e denota, desde logo, a densidade do livro. Enuncia os problemas a resolver, explicita o quadro conceitual, este suficientemente amadurecido pela reflexão pessoal do autor, clarifica o enquadramento historiográfico. Este é um estudo de história global. Porém, o seu cariz global não se confina à aplicação de pressupostos de abordagem preconizados por esta tendência historiográfica, a qual, desde finais do século passado, tem alterado e renovado o campo historiográfico. É global porque o objeto do livro (a elite mercantil e financeira cristã-nova) e a muito bem recortada questão principal (qual o peso desta elite no comércio intercontinental entre os séculos XV-XVII e como se processaram a sua afirmação e declínio) têm uma natureza imanentemente transnacional/mundial.

Impressiona e esmaga o leitor a abrangência da abordagem, que se expande pela história institucional, económica, política, religiosa, combinando-se com a arte, a literatura, a genealogia, a medicina, a filosofia natural, a cartografia, a matemática, a cultura mercantil, a cultura religiosa. Esta visão poliédrica, a sua profundidade, a maturação dos argumentos, a sua fundamentação, baseada em criteriosa e ampla recolha de imensos dados empíricos inéditos resgatados em muitos arquivos europeus, são de enorme solidez.

A estrutura pensada para apresentar este impressionante panorama de cerca de três séculos de história é densa e engenhosa. Demasiado extensa. Enleia quatro *Partes* (as quais demarcam ritmos e cronologias), 16 Capítulos (4 por parte, que sugerem uma palavra gazua que resume cada conteúdo) e, por fim, uma longuíssima série de 62 subcapítulos (com composição e forma variadas, difíceis de definir). É um desafio iniciar a leitura do livro tentando compreender a organicidade e detalhe da estrutura, ainda que ela se afigure globalmente inteligível. Tal como não é fácil para o leitor acompanhar, sem se desorientar, os milhares de atores individuais que foram identificados, inseridos em redes e famílias, alguns seguidos através de várias gerações nesta profundíssima investigação.

Transparece alguma dificuldade em explicitar com exatidão os limites cronológicos de cada parte. Por exemplo, a segunda, denominada *Expansão*, consoante o sumário da obra, estender-se-ia entre 1550 a 1600. Porém, o próprio autor, na Introdução, ao indicar a cronologia desta parte refere que

cobrirá questões desde o século XV até 1600 (p. 38, uma gralha face à edição inglesa onde está “meados de XVI”), ou, noutro local, até 1604-05. Ou seja, a ser assim, esta sobrepor-se-ia à cronologia da primeira parte (1490-1540). No fundo, estas cronologias têm alguma oscilação entre a estrutura das 4 partes e a definição que, no texto, é apresentada dessa estrutura. Não compartilho com o autor a ideia de que “as divisões temporais são sempre arbitrárias” (p. 37). Cumpre aos historiadores zelar pelas periodizações, entre outras razões, precisamente para impedir o uso arbitrário dessas divisões temporais. Que há múltiplas temporalidades e que elas se podem sobrepor formando imbrincados segmentos/estratos de tempo que se entrelaçam e entretecem mutuamente é outra questão.

Por outro lado, se, na generalidade, foi possível encaixar bem toda a narrativa, nem sempre todos os conteúdos me pareceram bem arrumados nesta grande e fragmentada estrutura. Por que razão os aspetos relacionados com a cultura material dos cristãos-novos ligados à finança entre 1600-1650, surge interpolada no ponto intitulado *Europa* (p. 384-387), do capítulo 11 – *Negócios*? Não ficaria melhor no capítulo 12 – *Identidades*? Alguns subtítulos são suscetíveis de criar ambiguidades. Veja-se a denominação escolhida para o capítulo 13 – *Perseguição*, que se insere na cronologia 1650-1750, como se até esta altura a história dos cristãos-novos não estivesse violentamente marcada por esta “perseguição”, o que já se pressente na titulação de capítulo anterior a este, ou seja, o 10 – *Repressão*. Matizes de títulos que não são fáceis de alcançar.

Para orientar o leitor neste denso enredo, Bethencourt apresenta oportunos sumários iniciais e pequenas sinopses em cada parte e em cada capítulo. Esta estratégia, bem como os utilísimos mapas (nomeadamente o mapa 1), genealogias, ilustrações, um glossário e um imprescindível índice remissivo são excelentes auxiliares da leitura.

Conforme já explicado, o livro estrutura-se em quatro grandes partes. Na primeira, *Transições*, explora-se a situação vivida na Península Ibérica antes e depois da criação dos processos de expulsão e conversão forçadas dos judeus. A partir do capítulo 2, através de densa e original análise de arquivo, na qual abundam novas informações, mostra-se como uma elite cristã-nova foi protegida por D. Manuel I após o decreto de expulsão de judeus e muçulmanos em 1497, situação que se manteve nas primeiras décadas do reinado de D. João III. Esta elite assumiu papel crucial nos assuntos financeiros e na atividade mercantil em que a Coroa portuguesa estava envolvida, tanto no reino, como no norte da Europa, na costa ocidental africana, na Ásia ou no Brasil. Situação semelhante viveu-se em Castela e Aragão, apesar de aí, desde finais

de XV, ter havido forte perseguição aos cristãos-novos por parte do tribunal da Inquisição, o que levou Bethencourt a sustentar que, na Península Ibérica, houve “continuidades de padrões económicos e sociais antes e depois da conversão forçada” dos judeus nos anos 1492-1497 (p. 93). Aliás, a influência destes atores e das suas redes, muitas com feição familiar, alargou-se para espaços e tipos de negócios que, até ao século XV, tinham sido inexplorados. Isto apesar de também ter havido fugas de várias famílias de judeus e de cristãos-novos ibéricos para diversos pontos do mundo, com dinâmicas que não foram síncronas em todos os territórios da Península Ibérica.

Nesta primeira parte, é especialmente original o capítulo 4 – *Criatividades*. Aqui se explica como, apesar da perseguição e repressão dos cristãos-novos, muitos adotaram estratégias criativas que visaram manter o seu poder. A saber, a adesão a novas formas de religiosidade que se desenvolviam no universo cristão (como as ligações à corrente espiritual dos “alumbrados”), ou o seu envolvimento na arte e literatura, ainda que, neste último plano, restringindo o universo de casos analisados a Castela e Aragão. Portugal ficou ausente. Este foi um equilíbrio difícil de manter em todo o livro: a dimensão das incursões pelo caso português e pelos casos de Castela, Aragão, Navarra, Leão, enfim, os outros reinos ibéricos.

Nesta primeira parte, teria sido útil saber como é que a elite cristã-nova se posicionou perante as tentativas de criação de uma Inquisição em Portugal. Conhece-se, desde os estudos de Herculano (HERCULANO 1854-1859), a resistência em Roma protagonizada por Duarte de Paz. Todavia, muitos dos cristãos-novos que tinham relações económicas com a Coroa e que foram protegidos pelos reis não parece terem mostrado qualquer oposição. Por pragmatismo? Sentiam-se protegidos? Tinham deixado de lado traços da sua ancestral identidade? Além de que eu não sigo as teses simplificadoras e discutíveis de Herculano a respeito do processo de fundação da Inquisição portuguesa, nomeadamente, a ideia de um D. João III “obcecado” como a razão principal para a criação do Tribunal em Portugal (p. 121).

Ao enfrentar desafios com a magnitude dos que Bethencourt se propôs, correm-se riscos. Nesta parte, foi limitada a atenção conferida às políticas de catequização e integração religiosa dos recém-convertidos e à atuação dos tribunais episcopais (p. 120). Estes também tiveram o seu peso nas dinâmicas de incorporação/discriminação dos antigos judeus constrangidos a receber o batismo, sobretudo antes da criação da Inquisição em Portugal. Hoje, conhece-se melhor o papel do episcopado sobre a conversão forçada, as políticas de catequização seguidas, a aplicação da justiça episcopal (MARCOCCI 2006; PAIVA 2011a e 2011b).

Na segunda parte, *Expansão*, o argumento é o de que, apesar das dificuldades provocadas pela criação das Inquisições na Península Ibérica, os mercados “relativamente abertos e desconexos” que se abriram no mundo extraeuropeu, durante a segunda metade do século XVI, permitiram o florescimento económico de uma elite mercantil cristã-nova numa alargada geografia pluricontinental. Esta elite revelou uma enorme capacidade de adaptação a distintas condições políticas, económicas e religiosas. Abundam novidades no capítulo dedicado ao estudo dessas relações comerciais. Igualmente impressionante, ainda que antes este cenário tivesse sido revelado em estudos dispersos, o mapeamento dos espaços por onde alguns destes cristãos-novos se estabeleceram e/ou para onde fugiram: Alepo, Amesterdão, Ancona, Antuérpia, Baiona, Baía, Bordéus, Cabo Verde, Cochim, Congo, Constantinopla, Ferrara, Goa, Guiné, Hamburgo, Lima, Macau, Madrid, Manila, México, Nagasáqui, Olinda, Ormuz, Paraíba, Pisa, Roma, Ruão, Salónica, Sevilha, S. Tomé, Veneza, etc. Aqui se lembra, e bem, como apesar de vítimas de discriminação nas sociedades ibéricas, muitos cristãos-novos também se envolveram na violência do tráfico de pessoas escravizadas e utilizaram o trabalho de africanos nas plantações de cana de açúcar no Brasil (p. 200). Vítimas de uns e algozes de outros.

Muito relevante o capítulo sobre o modo como os cristãos-novos investiam o capital que ganhavam. Parte dele, aplicado em estratégias para “lavar o seu sangue”, misturando-se com famílias cristãs-velhas, encomendando arte religiosa católica, fundando capelas de missas que exigiam a vinculação de bens, apoiando conventos, recolhimentos de órfãos, etc. Do ponto de vista económico, algumas destas famílias, foram deixando os negócios comerciais, instituíram vínculos e investiram em propriedades e juros régios, faceta que, em simultâneo, os colocou à mercê da “extorsão por parte dos reis ibéricos” (p. 236). A riqueza de muitos e a sua situação de liminaridade, como muito bem demonstrado ao longo do livro para várias conjunturas, criou o ambiente que foi permitindo essa extorsão. Como corolário, aqui se encontram excelentes e inéditas incursões a respeito de inovações religiosas, artísticas e do conhecimento nas quais uma elite mercantil e letrada cristã-nova se envolveu. As dúvidas interiores, as múltiplas vias novas de pensar, sentir e praticar a religião, fosse ela cristã ou judaica, que muitos mercadores e letrados cristãos-novos experimentaram. Esta viagem alargou os horizontes da pesquisa, não amarrando a avaliação da ascensão e queda da elite cristã-nova às dimensões da história económica ou da perseguição inquisitorial.

A parte sobre o perdão-geral concedido aos cristãos-novos portugueses pelo papa (1604-1605), não trazendo novidades ao que já se sabia sobre esta grande crise da Inquisição portuguesa, conhecimentos que o autor muito

bem incorporou, sublinha como os cristãos-novos não formavam um corpo coeso e homogêneo. Ao invés, entre eles havia divergências, conflitos, estratégias diversas (p. 274-75), o que põe em causa a ideia de que formavam uma “comunidade”, como o autor bem notou desde o princípio da obra.

Na terceira parte, *Resistência*, Francisco Bethencourt centra o olhar na defesa de uma elite cristã-nova ao aumento de repressão que sobre ela se abateu na primeira metade do século XVII, numa dinâmica “radicalizada”, isto é, intensificada, no ciclo em que o Tribunal da Inquisição teve à sua frente Fernão Martins Mascarenhas (1616-1628). Não foram apenas os cristãos-novos as vítimas desta assanhada repressão inquisitorial, o que merecia ter sido notado, pois não é possível perceber esta poderosa instituição focando apenas o modo como se relacionou com a perseguição aos descendentes dos judeus, tal como foi feito em livro muito relevante de Lúcio de AZEVEDO (1921).

Nesta secção da obra, para além da violência da repressão inquisitorial, é conferida especial atenção a diversas dimensões que também tiveram consequências nas dinâmicas de atuação da elite cristã-nova no plano económico e social, como foram, entre outros aspetos, a conturbada política internacional europeia no âmbito da Guerra dos Trinta Anos, o aparecimento de novos atores nos mercados interoceânicos e intercontinentais (Holanda e Inglaterra) ou crises políticas, como a separação da Coroa portuguesa da monarquia hispânica (1640). Não obstante, alguns dos contextos apreciados contêm interpretações debatíveis. Tal é o caso da ideia de que a conspiração de 1641 para matar o rei de Portugal criou uma clivagem entre o rei e o inquisidor-geral (p. 339). Diversos factos demonstram que essa relação só se tornou insustentável depois da norma régia de 1649 que impedia o confisco de bens de investidores na Companhia de Comércio do Brasil (MARCOCCI e PAIVA 2013).

O questionário de que o autor parte nesta secção do livro é muito pertinente e claro (p. 284). O exemplo dado pela perseguição à família de Henrique Dias de Milão, mostra a iniquidade e cariz vingativo do procedimento inquisitorial e como a repressão que se abateu sobre os cristãos-novos se intensificou bastante a partir da reorganização do Santo Ofício sob o comando do inquisidor-geral Pedro de Castilho. O que era sabido (LÓPEZ-SALAZAR CODES 2010, 2011). Processo similar é observável na Inquisição de Castela, por exemplo no caso da condenação do banqueiro de Felipe IV Juan Nuñez Sarabia (Saraiva). Este, no dizer de Bethencourt, mostra como poucos o “nível de ódio” e os atropelos ao procedimento que o direito inquisitorial impunha para permitir condenações (p. 318). E nesta fase a repressão intensificou-se para lá da Europa, alcançando cristãos-novos de origem portuguesa em Lima, Cartagena ou México. Para Bethencourt, a análise de “muitas

centenas de julgamentos inquisitoriais não consegue mostrar exemplos sistemáticos de acusações claramente irrefutáveis [contra cristãos-novos]” (p. 396). Será? Foi assim com todos os processados por todo o tipo de delitos sob alçada inquisitorial? Foi assim apenas com a elite cristã-nova que tinha inteligência, meios financeiros, estratégias múltiplas para escapar melhor ao procedimento inquisitorial?

Reforça-se ainda como, neste ciclo de “resistência”, a continuação da diáspora dos mercadores e financeiros, também alavancada pela abertura e integração de mercados propiciada pela União Ibérica, confirmou a sua projeção mundial, a qual, todavia, já era bem evidente no ciclo anterior (1550-1600). É impressionante a riqueza que alguns destes cristãos-novos, apesar de tudo, concentraram. Em 1637 o rei Felipe IV devia a Pedro Baeça da Silveira cerca de 500.000 cruzados. Uma soma astronómica. E Bethencourt não olvida a resistência, mesmo neste ciclo de feroz repressão, lembrando a redação de textos de violenta crítica à Inquisição, com destaque para o caso de Antonio Enríquez Gómez (p. 411-413). As centenas, senão milhares de exemplos de atores concretos – cujos percursos foram resgatados, em grande parte a partir de uma inteligente pesquisa nos arquivos inquisitoriais, explorando com atenção as genealogias, os inventários de bens, os depoimentos de testemunhas e acusados, não se circunscrevendo às sentenças dos inquisidores –, são uma das grandes forças deste livro. Por esta via, o autor revelou estar atento a contextos estruturais, conjunturas de variada índole e à atuação estratégica de indivíduos, famílias, redes.

A quarta parte, *Declínio*, explica a fase de queda da elite mercantil. Bethencourt sublinha que o final da década de 50 do século XVII até 1674 foi o ponto culminante da repressão aos cristãos-novos (p. 427). Nesta parte, sobretudo no cap. 14.1 (*Alvos*) é feita uma original e densa reconstituição dos que foram apanhados neste ciclo. É certo que foram anos de violenta repressão, mas que se situou no mesmo volume repressivo que já se verificara na década de 30. Na Inquisição de Coimbra, por exemplo, para a qual há dados anuais, o ciclo com maior número de condenados foi 1621-1635 com 1810 processados (120/ano), seguido de 1661-1675 com 1665 (111/ano). E no século XVI, entre 1566-1570, já tinha havido um ciclo fortíssimo de repressão (112/ano) (TORRES 1978 e 1986). Mais uma vez, não foram apenas os casos contra cristãos-novos que cresceram. Muitos outros tipos de delitos conheceram agora o acme da repressão, o que obriga a questionar se o que se sucedeu com os cristãos-novos foi o resultado da intensificação da repressão inquisitorial em geral, ou uma especificidade da relação da Inquisição face a este setor da sociedade.

É também proposto que a suspensão da Inquisição portuguesa entre 1674-1681, episódio a que foi dada especial atenção, foi o resultado da reação dos cristãos-novos a décadas de feroz repressão contra eles e ao debilitamento económico a que os estava a conduzir, além de que nesta jornada contra a ofensiva inquisitorial não estiveram sozinhos, antes combateram aliados aos jesuítas (p. 467). Eu optaria antes por dizer articulação com alguns setores jesuíticos, pois também estes, como Bourdieu (1971) explicou ao tratar da noção de “campo religioso”, eram um corpo atravessado por dissensões e disputas. É inquestionável que houve jesuítas que se empenharam nesta causa, mas não houve um envolvimento institucional da Companhia e menos de todos os seus membros. Alguns, aliás, continuaram a colaborar com o Santo Ofício em diversas funções, incluindo depois de 1681.

O restabelecimento da atuação plena da Inquisição, em 1681, como sabido, criou um novo enquadramento jurídico para a sua ação, o qual “não foi estudado profundamente até agora” (p. 428). Depois de explicar os poucos limites com que o Tribunal voltou a atuar, a parte final e corolário desta secção do livro explica o processo que ditou o “desaparecimento” de um poderoso e economicamente relevante grupo de mercadores e financeiros cristãos-novos, durante o século XVIII. Todavia, por vezes, há afirmações que parecem matizar ou negar esta interpretação: “na segunda metade do século XVII várias casas comerciais cristãs-novas importantes sobreviveram à perseguição inquisitorial e conservaram as suas posições de líderes no comércio e na finança” (p. 438), tanto mais que, como diz, alguns conseguiram, mesmo depois de condenações inquisitoriais, a “nobilitação de suas casas” (p. 438).

Aceitando a tese de Jonathan Israel, que já sustentara que a queda dos judeus sefarditas na vida económica mundial teve como ponto de viragem a Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1713), pelo apoio que deram ao candidato derrotado Habsburgo (p. 531-32), Bethencourt tentou mostrar que a leitura de Israel é “útil mas precisa de ser matizada” e superada. Acabará por concluir que, entre finais do século XVII e a primeira metade da centúria seguinte, os cristãos-novos de origem ibérica foram sendo substituídos por mercadores franceses, ingleses, alemães e flamengos, os quais foram aumentando a sua influência no mundo ibérico em geral.

A tese conclusiva deste impressionante livro é a de que a criação e subsequente perseguição de uma minoria judaica, forçada a converter-se ao cristianismo no mundo ibérico a partir de 1391 – minoria que foi discriminada ao longo de vários séculos pela aplicação de mecanismos de “limpeza de sangue” e pela perseguição de que foram vítimas pelo Santo Ofício, constitui “um dos primeiros casos de racismo institucional” na Europa (p. 589-94). Esta perse-

guição e preconceitos discriminatórios estimularam entre este grupo solidariedades, identidades e dinâmicas de reação e proteção que incluíram grande criatividade e inovação em vários planos, que não apenas o económico, e até mecanismos que permitiram ultrapassar estas barreiras, isto é, processos de “lavagem de sangue”. Este padrão mudou na segunda metade do século XVIII (p. 605). Então, os cristãos-novos “deixaram de existir”, devido a várias alterações sociais e políticas no mundo ibérico, novas condições do comércio internacional e ao surgimento de um novo sistema de valores. Apesar das similitudes, as dinâmicas deste processo tiveram especificidades/distinções nos casos espanhol e português.

Não é possível escrever uma obra com esta justificada ambição sem incorrer em pontuais deslizes. Dou três exemplos. Não havia “monges dominicanos” (p. 76); a proibição papal de entrada de quem não tinha “sangue limpo” no clero é um breve de Clemente VIII, de 1600, e não apenas uma decisão de Paulo V, em 1612 (p. 287); não é aceitável o uso de “auto de fé” em vez de “auto da fé”, como se deve dizer em português, e o autor muito bem sabe. Porventura, tratou-se de decisão editorial que escapou, numa tradução que, em geral, é de nímia qualidade. Mas também ela, naturalmente, tem pontuais falhas: “nasceu na cidade portuguesa do Porto” (p. 21), quando na versão portuguesa bastaria “nasceu no Porto”; ou usar “Tory” em vez de “conservador” como seria preferível numa versão em Portugal (p. 542 e 543).

Um comentário crítico dirigido à editora. Apesar do papel relevantíssimo que tem tido na vida cultural portuguesa, ao permitir a difusão social de estudos de grande qualidade científica, não é aceitável, num livro com este rigor científico, que as notas não surjam em rodapé. Pior, que apareçam amalgamadas no final do livro e com um tamanho de letra quase ilegível. Urge rever este critério.

Em conclusão, a magnitude da investigação proposta neste livro jamais foi assim ensaiada. A partir deste olhar poliédrico o argumento que Bethencourt procurou defender é inquestionável e está explicitado com cristalina clareza na sua intrincada complexidade de fatores (p. 25-26). O meu ponto é que, não a esta escala, sem este volume de informação, sem esta consistência, sem a teorização geral, sem a impressionante demonstração com base em dados empíricos sólidos e grande parte deles novos, a ideia da ascensão e queda dos mercadores e financeiros cristãos novos – dada a perseguição inquisitorial, os mecanismos discriminatórios que tiveram que enfrentar e as oscilações da cena económica e política internacional –, a intervenção fulcral que tiveram nas economias imperiais sobretudo ibéricas, as consequências de tudo isto na vida e religiosidade pessoal deste grupo e nas sociedades ibéricas e em

muitos dos espaços para onde a diáspora os projetou, parece-me que já era conhecimento existente. O que não retira valor a este notável livro que será, seguramente, um marco da historiografia sobre o mundo ibérico durante décadas. Jamais se fez nada parecido com esta abrangência e solidez.

Bibliografia

- AZEVEDO, João Lúcio de (1921). *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- BETHENCOURT, Francisco (1994). *História das Inquisições Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BETHENCOURT, Francisco (1998). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BETHENCOURT, Francisco (2009). *The Inquisition: A Global History, 1478-1834*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- BETHENCOURT, Francisco (2013). *Racisms: from the Crusades to the Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press.
- BETHENCOURT, Francisco (2024). *Strangers Within. The Rise and Fall of the New Christian Trading Elite*. Princeton: Princeton University Press.
- BOURDIEU, Pierre (1971). “Génese et structure du champ religieux”. *Revue Française de Sociologie*, XII, 295-334.
- CURTO, Diogo Ramada (1997). “Stranger Within at the time of Quixote”. *Portuguese Studies*, 13, 180-197.
- HERCULANO, Alexandre (1854-1859). *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel (2010). *Inquisición portuguesa y monarquía hispánica en tiempos del perdón general de 1605*. Lisboa: Edições Colibri; CIDEHUS/UE.
- LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel (2011). *Inquisición y Política. El gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de História Religiosa.
- MARCOCCI, Giuseppe (2006). “«...per capelli adductos ad pillam»: Il dibattito cinquecentesco sulla validità del battesimo forzato degli ebrei in Portogallo (1496-1497)”, in Adriano Prosperi (a cura di), *Salvezza delle anime, disciplina dei corpi: Un seminario sulla storia del battesimo*. Pisa: Edizioni della Normale, 341-423.
- MARCOCCI, Giuseppe e PAIVA, José Pedro (2013). *História da Inquisição*

Portuguesa (1536-1821). Lisboa: Esfera dos Livros.

PAIVA, José Pedro (2011a). *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

PAIVA, José Pedro (2011b). “Vescovi ed ebrei/nuovi cristiani nel Cinquecento portoghese”, in Vincenzo Lavenia, Giovanna Paolin (a cura di), *Per Adriano Prosperi*, vol. 3, *Riti di passaggio, storie di giustizia*. Pisa: Edizioni della Normale, 67-85.

TORRES, José Veiga (1978). “Uma longa guerra social: os ritmos da repressão inquisitorial em Portugal”. *Revista de História Económica e Social*, 1, 55-68.

TORRES, José Veiga (1986). “Uma longa guerra social. Novas perspectivas para o estudo da Inquisição portuguesa. A Inquisição de Coimbra”. *Revista de História das Ideias*, 8/1, 59-70.

JOSÉ PEDRO PAIVA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

lejpaiva@fl.uc.pt

<http://orcid.org/0000-0001-5312-1138>



